

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: um estudo na perspectiva dos professores

HUMAN RIGHTS EDUCATION IN YOUTH AND ADULT EDUCATION: a study from the perspective of teachers

EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS: un estudio desde la perspectiva de los profesores

Milena Mendonça da Silva^{1*} 

¹Especialista em Educação de Jovens e Adultos pelo IFRO. Mestranda em Educação pela UFPB, Paraíba, Brasil.

*Autor Correspondente: mendoncamilena1@gmail.com

Recebido: 03/07/2024 | Aprovado: 22/08/2024 | Publicado: 02/09/2024

Resumo: Este estudo examina a importância da Educação em Direitos Humanos (EDH) na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto brasileiro atual. A falta de formação específica dos professores da EJA em EDH pode comprometer sua capacidade de integrar esses princípios em suas práticas educacionais. Assim, o problema do presente estudo consiste em investigar se os professores reconhecem a importância da EDH na EJA e se conseguem aplicar esses princípios na prática. Os objetivos incluem avaliar a compreensão dos professores sobre EDH, identificar desafios enfrentados na integração desses princípios em sua prática e analisar como abordam a diversidade social e cultural em suas aulas. A metodologia empregada foi qualitativa, utilizando um questionário online distribuído a 23 professores da EJA em diferentes estados brasileiros. Os resultados revelam que a maioria dos professores reconhece a importância da EDH, mas enfrenta desafios na integração desses princípios em sua prática. Embora a maioria aborde temas de diversidade social e cultural, alguns enfrentam dificuldades na implementação da EDH devido à falta de conhecimento ou incentivos. No entanto, todos os participantes reconhecem a relevância da prática da EDH na EJA, destacando a necessidade de seu ensino para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação em Direitos Humanos. Formação de professores.

Abstract: This study examines the importance of Human Rights Education (HRE) in Youth and Adult Education (YAE) in the current Brazilian context. The lack of specific training for YAE teachers in HRE may compromise their ability to integrate these principles into their educational practices. Thus, the research problem consists of investigating whether teachers recognize the importance of HRE in YAE and if they can apply these principles in practice. Objectives include assessing teachers' understanding of HRE, identifying challenges faced in integrating these principles into their practice, and analyzing how they address social and cultural diversity in their classes. The methodology employed was qualitative, using an online questionnaire distributed to 23 YAE teachers in different Brazilian states. Results reveal that most teachers recognize the importance of HRE but face challenges in integrating these principles into their practice. Although the majority address themes of social and cultural diversity, some encounter difficulties in HRE implementation due to lack of knowledge or incentives. However, all participants recognize the relevance of HRE practice in YAE, emphasizing the need for its teaching for a fairer and more inclusive society.

Keywords: Youth and Adult Education. Human Rights Education. Teacher training.

Resumen: Este estudio examina la importancia de la Educación en Derechos Humanos (EDH) en la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en el contexto brasileño actual. La falta de formación específica de los profesores de la EJA en EDH puede comprometer su capacidad para integrar estos principios en sus prácticas educativas. Así, el problema del presente estudio consiste en investigar si los profesores reconocen la importancia de la EDH en la EJA y si logran aplicar estos principios en la práctica. Los objetivos incluyen evaluar la comprensión de los profesores sobre EDH, identificar desafíos enfrentados en la integración de estos principios en su práctica y analizar cómo abordan la diversidad social y cultural en sus clases. La metodología empleada fue cualitativa, utilizando un cuestionario en línea distribuido a 23 profesores de la EJA en diferentes estados brasileños. Los resultados revelan que la mayoría de los profesores reconoce la importancia de la EDH, pero enfrenta desafíos en la integración de estos principios en su práctica. Aunque la mayoría aborda temas de diversidad social y cultural, algunos enfrentan dificultades en la implementación de la EDH debido a la falta de conocimiento o incentivos. Sin embargo, todos los participantes reconocen la relevancia de la práctica de la EDH

en la EJA, destacando la necesidad de su enseñanza para una sociedad más justa e inclusiva.

Palabras-clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Educación en Derechos Humanos. Formación de profesores.

1 INTRODUÇÃO

Abordar a questão dos Direitos Humanos no contexto brasileiro contemporâneo torna-se não apenas crucial, mas também urgente, dada a sua importância na construção e manutenção de uma sociedade harmoniosa, na qual todas as individualidades sejam compreendidas e respeitadas. É essencial trazer esse debate para o campo educacional, onde se pode desmistificar ideias equivocadas propagadas nos meios de comunicação, promovendo uma cultura de respeito à dignidade humana.

A Educação em Direitos Humanos é crucial não apenas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas para toda a sociedade. No entanto, seu impacto é especialmente significativo para os grupos mais marginalizados, entre os quais se encontram os alunos da EJA. Assegurar o acesso a uma educação que preserve seus direitos e dignidade é fundamental, pois isso os capacita a reivindicar e desfrutar plenamente de seus direitos.

A busca por acesso à educação ao longo da vida enfrenta desafios consideráveis, especialmente para aqueles que não tiveram oportunidade na idade considerada "adequada". Negar-lhes acesso direto a essa educação na idade adulta equivale a negá-los duas vezes: primeiro, quando não conseguiram na fase considerada apropriada, e segundo, quando já são adultos.

Nesse sentido, a Educação em Direitos Humanos é essencial para promover mudanças sociais significativas e garantir uma sociedade mais justa. Corrigir as injustiças sofridas por aqueles que foram privados de seus direitos durante os anos de estudo no ensino básico deve ser uma prioridade, pois esses direitos são fundamentais para um futuro melhor e mais inclusivo.

O período do golpe militar representou um grande obstáculo para os direitos humanos, coagindo as pessoas e dificultando o avanço educacional, e mesmo com esforços como os movimentos sociais e o Mobral¹, a EJA ainda enfrentou desafios significativos. Após o golpe, essa modalidade educacional continuou a enfrentar altos e baixos, com políticas públicas inconsistentes que não contribuíram significativamente para seu avanço.

A dimensão de pensar a EJA no âmbito das políticas públicas acende compromissos a governantes e à sociedade civil, mas não menos desafiador se revela a prática docente em EJA, ainda mais quando chamada a se efetivar de maneira integrada à Educação em Direitos Humanos. (Capucho, p. 96, 2012)

Os professores que trabalham na Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrentam desafios únicos em comparação com seus colegas que ensinam em outras modalidades. Além de lidarem com alunos adultos, muitas vezes enfrentam dificuldades socioeconômicas significativas que podem incluir a luta diária pela sobrevivência. Para esses educadores, lidar com essas realidades pode ser especialmente desafiador.

¹Programa de alfabetização criado no Brasil em 1967, durante a ditadura militar, com o objetivo de combater o analfabetismo. Seu foco principal era ensinar adultos a ler e escrever de forma rápida e eficiente, utilizando métodos simplificados. (Santos, 2014)

Uma das principais dificuldades que os professores da EJA enfrentam ao abordar o tema dos direitos humanos em suas aulas é determinar a melhor abordagem e os recursos a serem utilizados. Conforme observado por Capucho (2012), a prática da Educação em Direitos Humanos envolve uma educação crítica voltada para a promoção de uma ordem mais justa, especialmente quando direcionada a um público diversificado, que inclui trabalhadores, não trabalhadores, aposentados, jovens em medidas socioeducativas, populações urbanas, rurais, ribeirinhas, tradicionais, prisionais, entre outros.

Conforme argumentado por Benevides (2003), a Educação em Direitos Humanos (EDH) vai além do mero conhecimento teórico, é a formação de uma cultura que valoriza a liberdade, justiça, igualdade, solidariedade, cooperação, tolerância e paz. Portanto, torna-se imperativo que os indivíduos estejam cientes de sua responsabilidade em entender e respeitar as especificidades dos outros, contribuindo para a disseminação de uma cultura de paz e justiça social por meio da educação.

Nesse sentido, é de fundamental importância incorporar o debate sobre Educação em Direitos Humanos (EDH) na Educação de Jovens e Adultos (EJA), um campo muitas vezes negligenciado pelo Estado e subvalorizado pelos governantes. Muitas vezes, o ensino na EJA reproduz apenas os conteúdos da Educação Básica, sem adaptações para o público adulto, tornando-se desmotivador e sem sentido para aqueles que buscam melhorar por meio da educação.

Portanto, é essencial abordar questões de direitos humanos no ensino da EJA, pois esses temas podem despertar o interesse dos alunos, que frequentemente encontram-se em situações próximas às realidades discutidas na EDH. No entanto, é importante destacar que os professores da EJA muitas vezes carecem de formação adequada nesse aspecto e, conseqüentemente, podem não abordar de forma eficaz esses temas fundamentais.

Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo investigar se os professores da Educação de Jovens e Adultos reconhecem a importância de incorporar a Educação em Direitos Humanos em suas aulas e se conseguem aplicar esses princípios na prática. Para alcançar esse objetivo, realizamos uma revisão bibliográfica para embasar o estudo e elaboramos um questionário via *Google Forms* para avaliar a prática da EDH na EJA, buscando assim articular a teoria com a prática educacional.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Caracterização da pesquisa

Quanto à metodologia operacional, este estudo optou por uma abordagem qualitativa, baseada na natureza da pesquisa e na convicção teórica de que a investigação qualitativa é mais apropriada para estudos educacionais. Essa escolha se justifica pela necessidade do pesquisador de se colocar no lugar do outro e compreender a realidade sob a perspectiva dos participantes, estabelecendo assim uma estreita ligação entre a vida e o objeto de estudo (Zanette, 2017).

A pesquisa empregou uma abordagem qualitativa para examinar o papel dos professores na implementação da Educação em Direitos Humanos (EDH) na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e foi utilizando um questionário elaborado e administrado por meio da plataforma *Google Forms*. Este estudo

qualitativo buscou sondar a compreensão dos professores sobre EDH e avaliar sua capacidade de integrar os princípios dessa educação em seu ensino.

2.2 Área de Estudo e Público alvo

A pesquisa foi realizada em vários estados do Brasil. Um total de 23 professores participaram do estudo, provenientes de várias cidades nos estados da Paraíba (17 professores), Alagoas (1 professor), Minas Gerais (2 professores), Paraná (1 professor) e Rio de Janeiro (1 professor). Esses professores estão ativamente envolvidos no ensino tanto do Ciclo I quanto do Ciclo II da Educação de Jovens e Adultos.

2.3 Metodologia da pesquisa

A metodologia empregada neste estudo envolveu os seguintes passos:

Desenvolvimento do Questionário: Um questionário foi elaborado para coletar dados sobre as percepções e práticas dos professores em relação à EDH na EJA. O questionário consistiu em perguntas fechadas e abertas, abordando temas como compreensão dos professores sobre EDH, estratégias instrucionais, desafios enfrentados e integração dos princípios da EDH em suas práticas de ensino.

Coleta de Dados: O questionário foi distribuído aos participantes eletronicamente usando a plataforma *Google Forms*. A escolha dos participantes se deu através de um grupo de *WhatsApp* de professores da EJA de todo o Brasil no ano de 2021. Os participantes receberam instruções sobre como preencher o questionário, e suas respostas foram coletadas ao longo de um período especificado.

Análise de Dados: Os dados coletados foram analisados usando métodos qualitativos. As respostas às perguntas abertas foram submetidas a análise temática para identificar padrões recorrentes, temas e compreensões relacionados às percepções e práticas dos professores em relação à EDH na EJA.

Considerações Éticas: Antes da participação, o consentimento informado foi obtido de todos os participantes. A confidencialidade e o anonimato dos participantes foram estritamente mantidos ao longo do processo de pesquisa. Por meio desses procedimentos metodológicos, o estudo buscou obter entendimentos sobre as perspectivas e práticas dos professores em relação à integração dos princípios da EDH no currículo e práticas instrucionais da EJA.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme Silva (2013), a Educação em Direitos Humanos não se resume à exploração e contextualização de questões de cunho social, econômico e político, mas demanda uma compreensão mais ampla, abrangendo o conhecimento da história, do processo evolutivo pelo qual a sociedade tem passado e continua a passar, bem como das conquistas e violações e do que a legislação estabelece sobre tais questões.

A sociedade enfrenta a carência de informação sobre seus direitos desde tempos remotos. Embora esses direitos estejam estabelecidos por lei, as discussões a respeito são escassas, o que resulta na limitação da informação a apenas uma parcela reduzida da população. Conforme disposto no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito; 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância, a amizade entre todas as nações e grupos raciais, e coadjuvar as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz; 3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948)

A Educação em Direitos Humanos no Brasil é considerada uma pauta recente, uma vez que os períodos democráticos no país foram breves e frágeis. Só a partir de 1985 com a participação dos movimentos sociais na luta pela redemocratização, que começa a ser pensada de forma sistemática a implementação desse pensamento na educação. (Silva; Tavares, 2010 *apud* Silva; Tavares, 2013). A partir disso, alguns documentos surgiram para garantir essa implementação:

Nos últimos anos, o Brasil teve avanços nessa área, em termos normativos, principalmente com a Constituição de 1988, que é o grande marco para esses avanços, e de vários documentos balizadores que contribuem para fomentar políticas públicas de direitos humanos e de educação em direitos humano no país. Entre esses documentos, merecem destaque os Programas Nacionais de Direitos Humanos I, II e III (1996, 2002, 2010 respectivamente) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2006). (Silva; Tavares, 2013, p. 51-52)

A partir desse contexto, os Planos Nacional de Educação em Direitos Humanos para a Educação Básica foram desenvolvidos sob a égide da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) com a responsabilidade atribuída às Secretarias de Educação de cada estado. Esses documentos fortaleceram e deram forma ao debate sobre direitos humanos, incentivando os educadores a alinharem suas práticas de ensino com os princípios da Educação em Direitos Humanos (EDH).

No entanto, apesar da existência desses documentos, a implementação efetiva da EDH ainda enfrenta desafios. Muitos professores não consideram prioritário abordar esses conteúdos em sala de aula, e o governo carece de programas facilitadores e de formação para os professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Nessa perspectiva, para compreender melhor o papel do professor no ensino da Educação em Direitos Humanos (EDH) na Educação de Jovens e Adultos (EJA), realizou-se uma pesquisa envolvendo 23 professores. Um questionário online foi elaborado utilizando a plataforma *Google Forms*, abordando questões sobre o tema, com o objetivo de investigar a compreensão dos profissionais em relação à EDH e avaliar se suas práticas educacionais estão alinhadas com essa perspectiva.

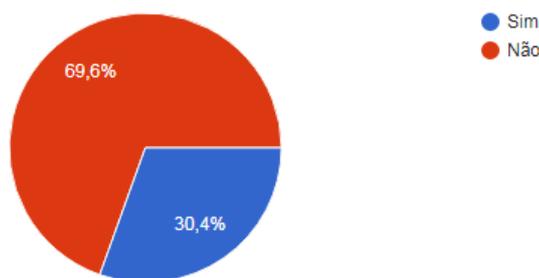
Os professores participantes residem em diferentes estados do Brasil, com 17 provenientes de diversas cidades da Paraíba, 1 de Alagoas, 2 de Minas Gerais, 1 do Paraná e 1 do Rio de Janeiro. Todos atuam no Ciclo I e II da EJA.

A formação dos professores varia, sendo que todos possuem licenciatura em suas áreas de atuação. As áreas de formação incluem Letras (5), Ciências Sociais (1), Geografia (3), História (2), Pedagogia (7), Química

(1), Educação Física (3) e Biologia (1). Alguns professores possuem mais de uma graduação, e constatou-se que 3 deles possuem pós-graduação. Quanto ao tempo de atuação, a maioria (65,2%) está atuando há mais de 3 anos, enquanto 21,7% estão há 1 ano e 13% há 2 anos.

Ao serem questionados sobre possuir alguma formação específica em Jovens e Adultos, 7 professores responderam afirmativamente, o que corresponde a 30,4% do total de participantes.

Figura 1 – Questionamento acerca da formação em Jovens e Adultos.



Fonte: Acervo da autora (2021).

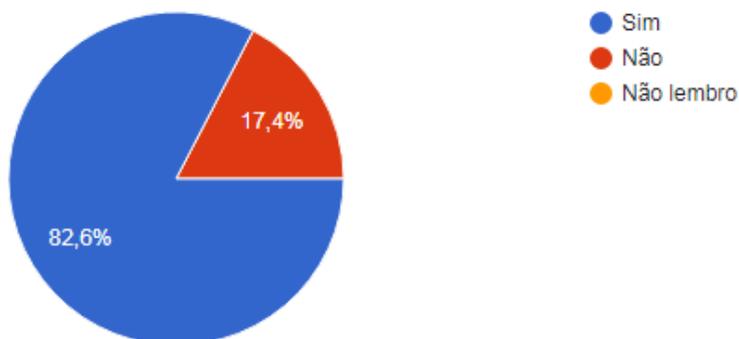
Dessa forma, corroboramos a hipótese de que a maioria dos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) carece de formação específica para essa modalidade, o que pode resultar em deficiências nas práticas pedagógicas, especialmente no que diz respeito à abordagem das especificidades desse campo. É essencial que os professores da EJA compreendam profundamente as particularidades dessa área para poder intervir de forma eficaz nas necessidades e potencialidades de seus alunos.

Em relação à Educação em Direitos Humanos (EDH), verificou-se que a maioria dos professores afirmou ter conhecimento sobre o tema, totalizando 87% dos participantes da pesquisa. No entanto, essa constatação revela que, apesar de uma parcela significativa estar familiarizada com a EDH, ainda há profissionais atuantes que desconhecem essa prática fundamental.

Em outro aspecto, ao questionarmos como os professores percebem o modelo educacional atual, se este visa formar os alunos para a vida ou apenas para o mercado de trabalho, observamos que 13 professores enfatizaram a percepção de que a escola está predominantemente voltada para a preparação dos alunos para o mercado de trabalho. Por outro lado, 7 professores defenderam que a escola deve educar para a vida. Além disso, 3 professores apresentaram perspectivas adicionais sobre o assunto, destacando questões como a necessidade de adaptação às demandas contemporâneas e a importância da conclusão do Ensino Fundamental.

Diante disso, em outra questão, investigamos se os professores abordam a diversidade social, cultural, religiosa, entre outros aspectos, em suas aulas. Dos 23 participantes, 19 responderam afirmativamente, enquanto 4 indicaram que não incluem esses temas em sua prática pedagógica.

Figura 2 – Questionamento acerca da abordagem da EDH nas aulas.



Fonte: Acervo da autora (2021).

A abordagem da diversidade social, cultural e religiosa nas aulas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é fundamental para promover uma educação inclusiva e crítica. Como destacado por Capucho (2012):

Sendo a prática da Educação em Direitos Humanos a prática de uma educação crítica a serviço de uma ordem mais justa, e, no caso, destinada a jovens e adultos(as), destacamos que deverá de diversificar tão qual diversificado seja o público a que se destina: trabalhadores(as), não trabalhadores(as), aposentados(as), juventudes, jovens em medida socioeducativa, populações urbanas, do campo, ribeirinhas, tradicionais, prisional, entre outros. (Capucho, 2012, p. 97)

Nesse sentido, a prática da Educação em Direitos Humanos (EDH) deve ser tão diversificada quanto o público a que se destina na EJA, que inclui trabalhadores, não trabalhadores, aposentados, jovens em medida socioeducativa, populações urbanas, rurais, ribeirinhas, tradicionais, prisionais, entre outros. Ao reconhecer e valorizar essa diversidade, os professores da EJA podem criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e sensível às necessidades e realidades variadas de seus alunos. Portanto, a inclusão da diversidade nas práticas pedagógicas da EJA não apenas fortalece a educação em direitos humanos, mas também contribui para uma sociedade mais justa e equitativa.

Nesse contexto, evidencia-se um progresso positivo no que concerne à incorporação dos temas relacionados à prática da Educação em Direitos Humanos (EDH), visto que a maioria dos professores afirmou abordar esses temas em suas aulas. Conforme destacado por Piovesan e Fachin (2017), a educação nessa área está em sintonia com os movimentos contemporâneos de Direitos Humanos, emergindo como um processo de resistência aos poderes estabelecidos e de promoção de espaços para a concretização da dignidade humana.

Quanto aos conteúdos, é comum que os professores enfrentem dificuldades para determinar quais temas são pertinentes ao abordar os direitos humanos em sala de aula. Nesse sentido, Capucho (2012) apresenta uma série de temas que podem ser explorados, tanto como conteúdo específico quanto de forma transversal às disciplinas.

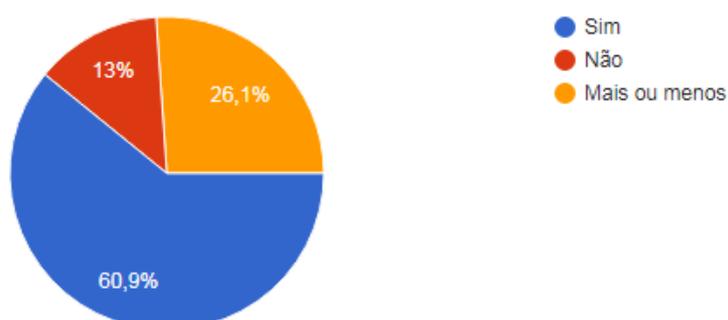
Figura 3 – Conteúdos relevantes para a Educação em Direitos Humanos.

Dimensões Históricas dos Direitos Humanos	Direito à educação
Dignidade da pessoa humana	Direito dos povos indígenas
Declaração Universal dos Direitos Humanos	Direito da pessoa com deficiência
Pacto Internacional dos direitos civis e políticos	Estatuto da Igualdade racial
Pacto Internacional dos direitos, econômicos, sociais e culturais	Estatuto da Criança e do Adolescente
Direito à moradia	Direito ao esporte e ao lazer
Lutas por Direitos	Direitos das populações LGBTQTTs
Direito à justiça	Direito da criança e do adolescente
Direito à memória e à verdade	Direito das mulheres
Combate à tortura	Sustentabilidade socioambiental
Direito à integridade física	Saúde mental e direitos humanos
Segurança pública cidadã	Economia e direitos humanos
Direito ao trabalho	Economia solidária
Direito à informação	Solidariedade intergeracional
Direito à terra	Inclusão social
Tolerância religiosa	Violações de direitos
Direitos da pessoa idosa	Seguridade Social

Fonte: Capucho (p. 101)

Com base no quadro acima, fica evidente a diversidade de temas que podem ser abordados ao ensinar Educação em Direitos Humanos (EDH) na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa variedade de assuntos permite que sempre haja algum aluno identificando-se com o tema discutido, enquanto os demais têm a oportunidade de aprender mais sobre ele e compreender sua importância. Essa abordagem diversificada não apenas promove uma maior inclusão e engajamento dos alunos, mas também enriquece o processo educacional ao explorar diferentes perspectivas e realidades.

Em uma das questões, foram apresentadas partes das "Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos", as quais delinham seus fundamentos. O objetivo era fornecer aos professores uma visão clara do conteúdo do documento, possibilitando-lhes responder de maneira mais precisa quanto à integração de suas práticas pedagógicas nessa perspectiva. Dos 23 participantes, 14 afirmaram ser capazes de alinhar suas práticas à perspectiva da EDH, enquanto 6 indicaram uma implementação parcial e 3 responderam negativamente, conforme apresentado no gráfico abaixo:

Figura 4 – Questionamento acerca das aulas em EDH.

Fonte: Acervo da autora (2021).

Apesar do número significativo de professores capazes de alinhar suas práticas à Educação em Direitos Humanos (EDH), ainda existe uma pequena parcela que enfrenta dificuldades nesse aspecto. Essas dificuldades podem ser atribuídas à falta de conhecimento sobre o tema ou à ausência de incentivos para implementar a EDH em sala de aula. Como resultado, os alunos desses professores podem ser prejudicados, uma vez que não têm acesso a uma educação que promova valores de direitos humanos.

Por fim, na última pergunta do questionário, os professores foram questionados se consideravam a prática da EDH importante no ensino da EJA, levando em conta a reflexão sobre suas respostas e o que foi exposto nas perguntas anteriores. O resultado foi satisfatório, pois todos os participantes reconheceram a importância de explorar tais temas na sala de aula da EJA, mesmo que alguns admitissem não trabalhar diretamente com eles.

Em alguns casos, os professores designados para lecionar na EJA são mais experientes, mas também podem estar no início de sua formação ou até mesmo carecer de formação específica na área educacional. Isso dificulta ainda mais a adaptação aos fundamentos das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões extraídas deste estudo evidenciam a importância e a urgência de integrar a Educação em Direitos Humanos (EDH) no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O reconhecimento da maioria dos professores sobre a relevância desses temas demonstra um progresso positivo, mas também revela lacunas na implementação efetiva da EDH em suas práticas pedagógicas. A falta de formação específica e de incentivos para abordar a EDH são desafios significativos enfrentados pelos professores da EJA, comprometendo a qualidade do ensino oferecido a essa população.

É fundamental que os professores da EJA recebam suporte e capacitação adequados para incorporar os princípios da EDH em suas práticas educacionais. Isso inclui o desenvolvimento de materiais didáticos e estratégias de ensino específicas para atender às necessidades e realidades dos alunos da EJA, bem como a promoção de espaços de reflexão e diálogo sobre questões de direitos humanos na comunidade escolar.

Além disso, é essencial que os órgãos governamentais e as instituições de ensino reconheçam a importância da EDH na EJA e adotem políticas e programas eficazes para promover sua implementação. Isso pode incluir a inclusão de conteúdos sobre direitos humanos nos currículos escolares, a realização de capacitações e formações continuadas para os professores e a criação de espaços de participação e engajamento dos alunos na promoção dos direitos humanos.

Em última análise, a integração bem-sucedida da EDH na EJA pode contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática. Ao promover valores de respeito, igualdade, justiça e solidariedade, a educação em direitos humanos pode capacitar os alunos da EJA a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades e a contribuir para a construção de um mundo mais humano e sustentável.

Conflitos de interesses

Os autores declaram que não há conflitos de interesse. Todos os autores estão cientes da submissão do artigo.

Contribuições dos autores

A pesquisa, redação e revisão deste estudo foram realizadas integralmente por uma única autora. Ela foi responsável pela concepção e delineamento do estudo, pela elaboração e distribuição do questionário online, pela coleta e análise dos dados, bem como pela redação e revisão do manuscrito final.

REFERÊNCIAS

Benevides, M. V. (2003). *Educação em direitos humanos: de que se trata?* In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. Formação de educadores: Desafios e perspectivas. São Paulo: UNESP. p. 309-318

Brasil. (2012). *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. (Série textos básicos; n. 67).

Brasil. *Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos*. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2024.

Capucho, V. (2012). *Educação de Jovens e Adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania*. São Paulo: Cortez.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 24 de junho de 2021.

_____. (2007). Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO.

Piovesan, F.; & Fachin, M. G. (2017) Educação em direitos humanos no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília, 19(117), fev./maio 2017.

Santos, L. R. (2014). Mobral: a representação ideológica do regime militar nas entrelinhas da alfabetização de adultos. *Revista Crítica Histórica*. Ano v, nº 10, dezembro de 2014.

Silva, A. M. M; & Tavares, C. (2013). Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites. *Educação*. 36(1), 50-58, jan./abr.

Silva, T. T. (2007). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.